

CORREIO ECONÔMICO



Reajuste do mínimo leva em conta a inflação anual

Novo salário mínimo de R\$ 1.518 começa a valer

O Brasil tem desde esta quarta-feira (1º de janeiro) um novo valor de R\$ 1.518 para o salário mínimo, o que representa aumento de R\$ 106 em relação a 2024 (R\$ 1.412). Segundo o governo federal, o novo valor incorpora a reposição de 4,84% da inflação de 12 meses apurada em novembro do ano passado (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e mais 2,5% de ganho real.

Reajuste menor

O reajuste menor vai afetar a remuneração de 59 milhões pessoas que têm o rendimento ligado ao valor do salário mínimo, como empregados formais, trabalhadores domésticos, empregadores, trabalhadores por conta própria e beneficiários do INSS.

O reajuste está de acordo com a nova regra aprovada pelo Congresso Nacional que condiciona a atualização do salário mínimo aos limites definidos pelo novo arcabouço fiscal. Por essa nova norma - válida entre 2025 e 2030 - o salário mínimo terá ganho real de 0,6% a 2,5%. Segundo o Dieese, pela regra anterior o reajuste deveria ser a reposição da inflação mais 3,2%.

Impacto direto

O valor do salário mínimo tem impacto direto em despesas do governo federal como os pagamentos das pessoas aposentadas ou pensionistas, cerca de 19 milhões; de quem tem direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), totalizando mais de 4,7 milhões.



Segmento espera que corte ocorra, ainda em 2025

Bancos projetam que Selic chegará a 15% ao ano em junho

A Pesquisa de Economia Bancária da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), divulgada nesta quarta-feira, 1º, revela que a grande maioria das instituições consultadas (84,2%) espera que o Banco Central eleve a taxa básica de juros, a Selic, para além de 14,25% ao ano no atual ciclo de aperto monetário.

Sobre a trajetória da

Selic, a expectativa se elevou novamente ante as pesquisas anteriores, que são feitas a cada 45 dias pela Febraban com os bancos.

Agora, a mediana para a Selic prevê alta até 15% ao ano em junho de 2025.

No entanto, a expectativa da maioria (52,6%) é de um ciclo de corte ainda em 2025.

Duas novas altas

A Selic está atualmente em 12,25% e o Copom sinalizou duas novas altas de 1 ponto percentual nas primeiras duas reuniões de 2025. Já para a inflação, medida pelo IPCA, a maioria (57,9%) espera que o indicador encerre 2025 acima de 4,5%, ou acima do teto da meta.

Alta de 5,5%

As vendas de Natal em shopping centers cresceram 5,5% em 2024 na comparação com 2023, indica o índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), elaborado pela Abrasce, com base na atividade comercial de 19 a 25 de dezembro. O avanço supera todo o varejo (3,4%).

PIB de 2%

Com relação à atividade econômica, metade dos participantes espera que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça em torno de 2% em 2025. Contudo, 27,8% dos participantes esperam um crescimento menor que esse patamar, influenciado por fatores como a alta dos juros.

Melhor valor

Nos sete dias até o Natal, o comércio nos shoppings movimentou R\$ 5,94 bilhões, o que é o melhor valor nominal de série histórica iniciada em 2019 (R\$ 5,5 bilhões), informou a Abrasce. Já o ticket médio foi de R\$ 213,83, aumento anual de 3,3% em relação ao ano passado (R\$ 207,04).

Ano Novo deverá encarar 'velhos desafios' na economia

Desajuste fiscal, juros altos e avanço do dólar 'punem' PIB de 2025

Por Marcello Sigwalt

Com exceção do impulso que deve ser dado pelo Agro, neste ano, a economia tupiniquim tem diante de si uma miríade de desafios, para os quais, interlocutor algum do governo se 'atreveu' a apresentar solução factível. Entre estes, destaque para o aperto monetário operado pelo Banco Central (BC); a disparada do dólar e a inflação, em 'resiliente' alta.

No caso específico da Selic, a chamada taxa básica de juros, que influencia todos os ativos econômicos nacionais, há falta de um 'horizonte' para o fim do atual ciclo de alta do indicador, já alçado ao patamar de 12,25% ao ano e com duas novas altas, de um ponto percentual, já previstas nos próximos dois meses. Para o mercado, permanece a 'interrogação' quanto ao tempo que a autoridade monetária precisará para, enfim, começar a reduzir a taxa.

A questão anterior dos juros está diretamente ligada a duas outras, que dizem respeito ao equilíbrio fiscal e ao viés



Retomada do caminho para o crescimento econômico será árdua para o Planalto

de queda da inflação, questões que continuam sem uma proposta 'crível', tanto da parte do Congresso Nacional, como da sociedade como um todo. A última versão do pacote de contenção de gastos, aprovado pelo Executivo, não convenceu o mercado sobre a capacidade federal de 'colocar suas contas em dia', uma 'herança' de 2024 que está longe de ser erradi-

cada. Já no caso da inflação, 'conspiram' a favor do avanço da carestia o mercado de trabalho aquecido e as transferências de renda promovidas pelo Planalto, de olho nas eleições presidenciais de 2026.

Já precificados pelo mercado financeiro, os números de 2025 não deixam dúvidas ao cidadão-contribuinte-eleitor, em que o último boletim

Focus projetou que a inflação deve fechar o ano em 4,26% (bem acima do teto da meta de inflação, de 4,5%); a Selic, em igual período, atingirá 14,75% ao ano e o dólar, a uma cotação de R\$ 5,96.

Diante de tal receita macroeconômica 'insossa', não restou ao PIB 'despencar' de 3,38% em 2024, para 1,8% em 2025.

Brasil assume a presidência do Brics

O Brasil assume pela quarta vez, a partir desta quarta-feira, 1º, a presidência rotativa do Brics em meio a expansão do bloco que, em 2025, vai contar com ao menos nove novos membros. Reforma da governança global e desenvolvimento sustentável com inclusão social são algumas das agendas que o Brasil buscará promover.

Com o lema Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais In-

clusiva e Sustentável, o governo brasileiro tem, entre os desafios, o de articular a participação dos novos membros e dar continuidade à construção do sistema de pagamento com moedas locais no comércio entre os países, substituindo o dólar.

Neste início de 2025, ao menos nove países ingressam no grupo como membros. Cuba, Bolívia, Indonésia, Bielorrússia, Cazaquistão, Malásia, Tailândia, Uganda e Uzbequis-

tão foram confirmados pela Rússia como novos membros, informou a agência estatal russa Tass. A Rússia ocupou a presidência do Brics em 2024.

O professor de direito internacional Paulo Borba Casella, do Grupo de Estudos sobre o Brics (Gebrics) da Universidade de São Paulo (USP), ressaltou à Agência Brasil que um dos desafios para a presidência do bloco é o de criar uma dinâmica para o Brics expandido.

"Há mais de uma centena de grupos de trabalho em áreas das mais diversas. Será preciso ver como o Brasil consegue ajudar a fazer funcionar o Brics na sua nova configuração, com dez estados e com mais uma dúzia de estados associados. Que maneira isso vai operar? Ainda ninguém viu e ninguém sabe", ponderou.

Ao todo, treze países foram convidados para participar do Brics.

Pesquisa: rumo econômico está errado

Pesquisa divulgada pelo Datafolha mostra que para 61% dos brasileiros a economia do País está no rumo errado. Apenas 32% dos entrevistados acreditam que ela está no caminho certo.

Essa percepção é majoritária em todas as faixas etárias da pesquisa: entre os mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos, 71% têm a percepção que a trajetória econômica está equivocada, e 23% acham que está no caminho correto.

Na faixa entre 25 e 34 anos, 68% acreditam que está errada, e outros 27% veem como correta; dos 35 a 59 anos, 64% acreditam que a economia está no caminho errado, enquanto 33% creem que está no rumo certo.

Já na faixa acima de 60 anos, 55% disseram que está em trajetória errada, e 36% que está correta.

No recorte por faixa de



Desalento com rumos da economia é maior entre jovens

renda, 67% dos que ganham acima de cinco salários-mínimos acham que o rumo está equivocado, e 30% aprovam o caminho da economia.

Entre os mais pobres, com renda de até dois salários, 55% têm uma visão negativa sobre a questão e 37% acham que o ca-

minho está correto.

O Datafolha mostrou também que o otimismo do brasileiro com o ano novo é o menor desde 2020. E, pela primeira vez em cinco anos, menos da metade dos entrevistados afirmou que a população terá uma situação melhor em 2025.

Para 25% a situação será pior, e outros 25% apontaram que será igual. Outros 3% não souberam responder.

Indicadores positivos

O ano de 2024 chega ao fim com indicadores positivos na atividade econômica e no mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo com números que trazem certo grau de preocupação para a economia brasileira.

Em meio a piora das expectativas de inflação e alta dos juros, o real foi a moeda com a maior desvalorização do G20, e o dólar encerrou 2024 cotado a R\$ 6,179, acumulando uma alta de 27% no ano, a maior oscilação desde 2020.

A taxa de desocupação fechou o trimestre encerrado em novembro em 6,1%. Esse é o menor índice da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Mercado regulado de bets entra em vigor

O mercado regulado no Brasil de apostas de quota fixa, as chamadas bets, passa a vigorar a partir desta quarta-feira, 1º, com 66 empresas autorizadas pelo governo. Veja a lista.

A partir de 2025, as empresas autorizadas a atuar em âmbito nacional precisam cumprir todas as regras, inclusive operar exclusivamente em sites com o domínio ".bet.br". Por um período de adequação, os domínios ".com.br" ainda esta-

rão em funcionamento, porém não poderão ofertar apostas aos clientes.

"As instituições financeiras e de pagamento passam a ser vedadas de realizar transações, que tenham por finalidade a realização de apostas de quota fixa com pessoas jurídicas que não tenham recebido a autorização. Aquelas empresas não autorizadas, mas que continuam com domínios ativos que ofertam serviço de aposta

de quota fixa são consideradas ilegais e serão bloqueadas", afirmou, em nota, o Ministério da Fazenda.

Cada empresa pagou uma outorga de R\$ 30 milhões para funcionar regularmente. No total, o governo federal arrecadou R\$ 2,01 bilhões.

A lista das empresas autorizadas foi publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União (DOU). Ao todo, 15 portarias concedem auto-

rizações definitivas para 14 empresas. Cada autorização pode conter até o limite de três marcas, sendo necessária nova outorga para operar outro conjunto de até três marcas.

Outra portaria lista 52 empresas que obtiveram autorizações em caráter provisório para operar no mercado de apostas de quota fixa. As empresas com autorizações provisórias têm um prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30.